Reflexões sobre a reforma no Ensino Público do Ceará

Francisco Adegildo Férrer*

De 1896 a 1930 Fortaleza passou por um processo de aparelhamento urbano-social. Com a construção do Mercado de Ferro, em 1897, surge a primeira grande obra municipal no período republicano. Segundo Girão (1985), a obra reunia vários signos alinhados com as ideias de progresso, salubridade e beleza. O discurso de inauguração do Mercado de Ferro, proferido por Guilherme César Rocha, Intendente de Fortaleza, era civilizatório, voltado para o amor ao progresso e a "pacificação dos espíritos e dos corações". As obras urbanas do período marcavam a crença na positividade moral e social que o progresso civilizador portava (PONTE, 1999).

Para Foucault, a função do poder nas sociedades modernas está ligada ao controle das ações do homem: o objetivo ao mesmo tempo econômico e político: aumento do efeito de seu trabalho dando-lhes uma utilidade econômica máxima; diminuindo sua capacidade de revolta, de resistência, de luta, de insurreição contra as ordens de poder, neutralizando, assim os efeitos de contra-poder, isto é, tornar os homens dóceis politicamente.

O primeiro sinal de alarme que colocou nosso Estado no caminho da renovação escolar, foi a reforma empreendida em 1920 por Antônio de Sampaio Dória que, chamado a dirigir a instrução pública de São Paulo, conduziu uma campanha contra velhos métodos e técnicas de ensino.

Em 1922, a convite do Presidente Justiniano de Serpa, o educador paulista Manoel Bergstron Lourenço Filho assumiu o cargo de Diretor da Instrução Pública do estado do Ceará, acumulando com o cargo de Professor da Escola Normal Pedro II. As reformas empreendidas no Ceará por Lourenço Filho repercutem no país e podem ser entendidas como

* Sócio Efetivo do Instituto do Ceará

germe dos conhecidos movimentos nacionais de renovação pedagógica das primeiras décadas do século.

Os feitos principais de participação direta de Lourenço Filho foram: edificação de escolas pelo Governo do Estado, aumento da matrícula escolar e frequência, "concurso" para vaga de professores, material escolar (carteiras, livros, mapas, quadros, murais, etc.), inspeção médico-escolar e Regulamento da Instrução Pública, em 1923 (Moreira de Sousa, 1955),

Lourenço Filho foi o grande empreendedor da Reforma de 1922, mas também contou com a colaboração de outros personagens intelectuais, contribuintes dessa reforma escolar.

Vale ressaltar que a Reforma Lourenço Filho não se ateve apenas ao âmbito didático, não se restringiu a refazer a estrutura interna das escolas; constitui verdadeiro movimento social, encetou uma renovação completa na mentalidade local. O grande pedagogo entrou, para isso, em contato com elementos do clero, do jornalismo, da intelectualidade e da política. Sua personalidade transbordante arrebanhava o interesse de todos, inclusive a adesão permanente do Presidente do Estado. Vale notar a colaboração constante de Newton Craveiro, como auxiliar valioso do reformador.

As questões suscitadas no âmbito dessa reformulação do ensino primário no Ceará estão, de pleno acordo com o que pregavam os membros da Liga Nacionalista. Foi uma autêntica renovação cultural que o educador Lourenço Filho nos proporcionou. Ele contou com o apoio de políticos, jornalistas, clero, educadores e intelectuais para concretização dessa Reforma.

No período de 1921 a 1930, ocorre o que alguns autores, como Moreira de Sousa, chamam de segunda fase da história do ensino primário no Ceará. A escola, aqui, passou por grande reforma iniciada pelo professor Lourenço Filho, no governo Justiniano de Serpa, em 1922, e continuada pelo professor Joaquim Moreira de Sousa, no governo Matos Peixoto e no período revolucionário, durante a Interventoria do Capitão Carneiro de Mendonça (CAVALCANTE, 2000).

A reforma de Lourenço Filho traçou novas diretrizes para a organização do ensino primário e normal, substituindo o tradicionalismo da escola antiga por métodos modernos. E a renovação total se registrou nas atividades escolares, depois de 1922, contando com o próprio diretor da Instrução no corpo docente da Escola Normal, ministrando um curso

de Psicologia Geral e Educacional às professoras e diretoras dos grupos escolares, criando, assim, um ambiente de interesse nos meios culturais de Fortaleza pelos problemas da Psicologia da criança. As atividades pedagógicas de então deram origem à formação de um grupo de estudiosos sobre o ensino (Curso de Férias), que muito contribuiu para o êxito das reformas propostas.

Os professores cearenses tomavam conhecimentos dos chamados "modernos", com a introdução ao Estudo da Escola Nova, que se tornou uma espécie de bíblia do professorado local. A renovação cultural permitiu que o ensino primário cearense se enquadrasse no movimento de renovação que se processava no Brasil (MARTINS FILHO & GIRÃO, 1966).

Joaquim Alves diz que Moreira de Sousa foi o continuador da obra de Lourenço Filho. Na sua opinião a reforma ofereceu nos professores um novo significado que não permitia nenhum retorno ao tradicionalismo pedagógico e cultural. Foram ideias de renovação, a prática de novas processos de formação de educadores comprometidos com os ideais de inovação empreendidos pela reforma, iniciada pelo Educador paulista.

A vinda de Lourenço Filho para Fortaleza estava aliada a uma "vontade política pedagógica local". Desse modo, sua escolha pelo governo de Justiniano de Serpa já significava a circulação de ideias e anseios por uma melhoria no ensino por parte do meio educacional cearense, num período em que várias reformas, principalmente a paulista, representavam um signo de alteração no entendimento sobre políticas públicas por parte do Estado e da esfera federal por crescimento na oferta e ampliação do ensino público no País.

O primeiro relato de memória sobre a realidade do ensino primário no Ceará consta na obra de Cordeiro (1996) sobre Fortaleza no início do século XX, onde a autora discorre acerca da falta de um olhar mais interessado sobre o ensino, considerando rudimentar; e o aprendizado das crianças confunde-se com as brincadeiras cotidianas. Segundo Cordeiro (1996), Ninguém tinha interesse em se alfabetizar, o interesse maior era em viver, brincar e trabalhar. [...] Era um ensino muito rudimentar, era apenas o ensino das primeiras letras, depois havia ainda a tabuada que era uma espécie de aritmética inicial. A gente aprendia cantando. (P. 132-133).

Seria interessante perceber os discursos e visões que se colocavam em todo o Brasil sobre a Educação do final do século XIX e início do sé-

culo XX, período caracterizado pela passagem na ordem política e social brasileira, com a ascensão da República.

O período que corresponde (1889-1930) é marcado por disputas pelo poder central. No plano social, têm-se experiências anarquistas e a organização da população operária. No campo político, a população brasileira ainda permanecia distante das decisões políticas, comprometendo seu acesso aos bens culturais necessários, como a Educação primária. Nesse sentido, observa Freire (1993):

> Liquidado o império, a educação, como um todo, permanecia mais a nível de discurso do que sua efetivação e sistematização (...) Estava estabelecida a (res) publica, mas o povo, a grande população brasileira, continuava fora das decisões políticas e do acesso aos bens culturais. (P.173).

Nos estudos sobre a Educação na Primeira República, percebe-se que o sistema de instrução pública trazia estratégias de implantação de novas representações de governabilidade, identidade nacional e sociabilidade. As bases que apoiaram esse sistema eram governamentais, responsáveis pela representação do País, cujos espaços ocupados estavam sendo desestruturados e os afrontamentos de ordens morais diversas produziram uma nova distribuição das representações de tempo moderno e sociedade civilizada. Nesse cenário nacional, a preocupação dos poderes públicos era construir, pela escolarização, um lugar de transição entre o arcaico e o moderno, entre a barbárie e a civilização. Assim é necessário compreender como as reformas da instrução pública vão se constituindo dentro de uma sociedade brasileira em formação.

A escola, por meio das reformas continuadas, foi sendo redefinida para se tornar, quanto à forma, mais uma cúmplice na instauração de uma sociedade urbanizada, industrializada e moderna. No final do século XIX e início do século XX, ocorreu uma renovação do aparelho escolar, no sentido de instituir uma escolarização da cultura ou a criação de uma espécie de utopia social. Assim, a escola pública se tornou parte da concepção de esperança da Modernidade.

Cury (2001) observa as alterações na Educação no período. A Educação é situada em torno de dois polos – o primeiro corresponde à organização e liberdade da instrução pública; e o segundo – como sua laicidade do ensino, tanto público como privado.

> A educação apareceu nos debates de vários modos. Mas deve-se destacar dois polos em torno dos quais ela circulou: a instrução pública enquanto organização e a liberdade, e laicidade do ensino enquanto distintivos da administração pública e privada, respectivamente. Contudo, a constituinte republicana era federal e dada a consciência da autonomia dos estados e a tradição da competência provincial com a instrução primária, este assunto ficou, em parte, como consensualmente atribuído às assembléias estaduais constituintes. (P.257).

A Diretoria-Geral da Instrução Pública no Ceará, a partir da década de 1910, começaria a ser alvo de políticas orçamentárias mais substanciais. Aumentaram os serviços de Instrução Pública e o número de escolas e docentes. Percebemos nos relatórios da Diretoria-Geral, não só no Ceará, como no Distrito Federal e outros estados, que havia uma preocupação com as instalações específicas para os cursos, as noções de trabalho, ciências e de higiene física e também moral.

Daí a grande ênfase na Escola de Aplicação, no Ceará, instalada para pôr em prática os métodos renovadores da Escola Normal. As práticas pedagógicas foram constituídas por métodos de aprendizagem, cuja validade científica se aproxima de uma prática científico-experimental. A Psicologia torna-se instrumento do sistema pedagógico, criando as possibilidades de adaptação dos novos métodos à natureza e à individualidade do educando. A Diretoria-Geral de Instrução Pública passou a preocupar-se não só com os conteúdos, mas também com os comportamentos do educando, aproximando a Pedagogia da Psicologia, buscando medir o caráter, a personalidade e a inteligência do aluno.

Esses traços comportamentais, tanto por quem dirige a Educação no Ceará, quanto pelos docentes nas práticas cotidianas, é que afirmam a hipótese de renovação do ensino, mais preocupada com o comportamento, os sentidos sensórios, respondendo, assim, a uma nova concepção de ensino em termos nacionais, comprometida com uma prática pedagógica mais atuante, mais próxima de uma consciência cidadã.

As reformas da Instrução Pública no período republicano canalizaram as intenções de instauração de uma sociedade urbanizada e moderna. Seus métodos educativos pedagógicos eram adequados à racionalização do trabalho escolar e à formação moral do educando dentro do processo educativo. Assim, no início do século XX, a escola pública tornou-se caminho para a Modernidade.

Foi dentro de um discurso de dissolução dos conflitos gerados nas diferenças de espaço social entre as elites sociais e classes populares que se instituiu o ensino primário no Brasil. A década de 1920 configurou-se num cenário nacional de movimentos militares, como o tenentismo, revoltas, repressão operária, entre outros que exigiam mudanças substanciais nas práticas de governo com relação à grande população. A escola foi o caminho para os desígnios de civilidade e Modernidade na República, já que auxiliava o domínio administrativo a codificar a ordem e a norma. Ler e escrever tornaram-se atos importantes para o entendimento e apropriação dos códigos sociais, políticos ou culturais embutidos na conquista da identidade, da sensibilidade ou do caráter individual ou coletivo.

A escola passou a entrar na esfera doméstica, corrigindo-lhe as representações morais ou habituais de conduta social. Surgiram, assim, na década de 1920, círculos de pais e professores, a organização de pelotões de saúde, festas e espetáculos que aproximavam a família da escola e a instrumentalizava para o cotidiano urbano das relações pessoais. Os programas escolares precisavam se enquadrar numa linguagem disciplinada e organizada. Por isso, as reformas dos métodos de ensino e das praticas pedagógicas possibilitavam a representação do progresso e da civilização, num país cuja maior parte da população convivia com a miséria e abstenção da participação política.

As monografias da normalista da década de 1920 ajudam a reconstruir os temas que dominaram o debate pedagógico do período e as ideias que expressavam o caráter pedagógico renovador, base teórica para as novas professoras que sentiam dificuldades na aplicação das teorias pedagógicas no cotidiano escolar. A normalista Letícia Ferreira Lima, como autora, recupera falas dessas normalistas a respeito das condições das escolas públicas e a inviabilidade da nova pratica pedagógica.

As normalistas retratam suas ideias e experiências de forma crítica, situando a diferença entre a intenção de renovar e as dificuldades para implantação dos métodos das aulas da Escola de Aplicação. Elas falam de anseios, incertezas e esperanças em representar uma educação em moldes renovadores e as condições das escolas em áreas periféricas e carentes. O ensino tinha como base uma pedagogia moderna, e se atinha a conceitos como autonomia, iniciativa e capacidade criadora.

No Relatório da Diretoria da Escola Normal – documento compreendido entre 01 de maio de 1921 a 30 de abril de 1922 – há um esclareci-

mento do Dr. João Hipólito de Azevedo e Sá sobre a substituição imediata do professor da cadeira de Pedagogia, José Pompeu Pinto Acioly, pelo professor Lourenço Filho, justificando a urgência da substituição sem a realização de concurso público, pela maneira "ultrapassada" como vinha sendo trabalhada essa área pelo professor Pompeu Acioly. Na verdade, o que há no seu discurso, usando a palavra "ultrapassada", é a propagação de uma ideia de Modernidade e inovação do ensino que está no pensamento daqueles à frente dos estabelecimentos do ensino e ligados à grande proposta de higienização dos corpos e das mentes por meio de uma instrução escolar que valorizasse a formação do educando para um serviço à pátria.

> [...] a melhor solução para o caso seria pedir ao governo do Estado de São Paulo um dos seus professores que, entendendo criteriosamente destes assumptos (sic), aqui viesse por dois anos lecionar a matéria, o que acarretaria com toda certeza uma remodelação por sua vez na instrução primária, formando esta uma nova feição mais adequada com os modernos processos de ensino que o culto estado do sul, há muito vem praticando vantajosamente. (OLINDA, 2005, p. 106).

Os documentos do Arquivo Público do Estado do Ceará, do período de 1922, informam o quadro funcional da Escola Normal quando é inaugurada a Reforma de Ensino em nosso Estado (1922-1934). Na lista, teremos nomes de renomeados professores que ainda são citados como renovadores do ensino e imbuídos de espírito científico.

Antônio Filgueiras Lima	Julia Carneiro L. de Vasconcelos
Antônio Teófilo G. de Oliveira	Joana Falcão
Amâncio F. Ferreira Gomes	Lineu Jucá de Queiroz
Antônio Faustino do Nascimento	Luiza Melo C. de Araújo
Alberto Eloi da Costa	Luiz Gonzaga Ribeiro
Aurélia Monteiro Gondim	Lídia Freire
Ângela de Lima Valente	Lucí Barroso
Ana Vieira	Lavínia B. Freire
Alfa Rabelo Albano	Lizete de Lima Pontes
Araci Coelho Negreiros	Luiza Pacheco de Moraes
Ana Samico Passos	Laura Pimentel
Argentina Sampaio	Mozart Pinto Damasceno
Adalgisa Farias dos Santos	Maria de Jesus Melo
Argentina Spinosa	Margarida Viriato Tomé
Beatriz Lopes	Maria José B. Freire
Climério Chaves	Maria Bezerra Saraiva
Clovis Monteiro	Maria Luiza Ferreira
César Moraes Fontenele	Maria José A. M. da Rocha
Cecília Paracampos	Maria Justina Albano
Djacir Lima Menezes	Maria Letícia Ferreira Lima
Ermínio Araújo Silva	Maria Eunice Furtado
Edite da Costa Braga	Marta Brasil de M. Teles
Evagelina Valente Ramos	Maria Dutra Nunes Papaléo
Francisco Menezes Pimentel	Maria Carmélia F. Bastos
Flora Ivete Costa Sousa	Maria Estela Cavalcante
Francisca Odete do Nascimento	Maria Colares
Graziela Pinto Oliveira	Maria da Conceição Barbosa
Heribaldo Dias da Costa	Maria José Pereira
Julio de Matos Ibiapina	Maria Alice Chaves
José Martins Rodrigues	Natanael Cortez
Joaquim Moreira de Sousa	Nilda Sidou F. Costa
José Deusdete de Vasconcelos	Otília Brasil
Jader Carvalho	Raquel Queiroz
José Leite Maranhão	Rita Augusta Teixeira
João Alfredo Furtado Mons	Raimundo Gomes da Silva
José Martins Alvarez	Rufina Rossas
	Stela Monte

Relatório da Diretoria da Escola Normal, correspondente a 1923, informa as regras do estabelecimento de ensino, cujo funcionamento era provisoriamente no prédio da Escola-Modelo, na praça Marquês de Herval, com o registro de nomeações, contratos e licenças, revelando a rigidez de normas relacionadas ao ensino público da época, cujas ações dos profissionais deveriam se enquadrar nas regras rígidas e o não-cumprimento ocasionaria a rescisão contratual.

> a) não se apresentar ao Diretor da Escola Normal, dentro de trinta dias contados da assinatura do presente termo do contrato;
> b) se deixar de dar dez (10) aulas consecutivas, sem que justifique as suas faltas;

> c) se adquirir qualquer moléstia ou defeito physico (sic) que a iniba de continuar no magistério;
> d) se infringir reiterada e propositadamente o Regulamento da Escola Normal no cumprimento dos seus deveres;
> e) se o diretor verificar que o contratante (sic) não tem aptidão para o magistério.

Consoante ao dispositivo do Art. 260 da Instrução Pública (Lei nº 1953, de 02/08/1922), o contratado passa a ter licença e justificação de faltas nos termos da lei.

O decreto que regulamentava a lei de reforma da instrução pública sancionada em 1928, no artigo 82, parágrafo único, determinava que a escola primária deveria ser organizada do seguinte modo.

> a) como vestíbulo do meio social para influir sobre ele, integrando as gerações na comunidade pela adaptação (sic) crescente da escola as necessidades do meio, prolongando sobre o lar a sua ação educativa e aparelhando-se para reagir sobre o ambiente, por um programa de educação moral que tenda ao desenvolvimento de qualidade e a reação contra defeitos dominantes no meio social;
>
> b) como verdadeira escola do trabalho para fim educativo ou escola comunidade, em que se desenvolva o sentido da ação, o gosto do trabalho manual, o sentimento de cooperação e o espírito de solidariedade social; para atrair e acolher, sem distinção alguma, crianças de todas as proveniências e contribuir eficazmente para atenuar e quebrar o sentimento isolador de diferenças sociais, criadas pelas diferenças de situação econômica.

A escola, na década de 1920, começa a penetrar o seio doméstico, a fim de corrigir suas condutas sociais e criar uma identidade civil, coletiva. Isso resta claro, na criação dos círculos de pais e professores, na inspetoria médico-higienista, na festa da árvore, entre outros, que montam um espaço de acolhimento da família pela escola.

A ação pedagógica de Lourenço Filho visava não aos conteúdos, mas também aos comportamentos. Assim, o discurso pedagógico se pautava num caráter normativo. Os métodos pedagógicos baseavam-se em regras de ação para os professores, sistematizando e orientando as ações. Com a Reforma Fernando de Azevedo, a pedagogia assume um papel

experimental, intervencionista, de transformação da realidade, criando o método de ensino científico e técnico. Lourenço Filho apresentou o tema Escola Nova numa conferência no Instituto Nacional de Música em 1929, onde situou a Psicologia dentro do campo educacional, redefinindo a noção de conhecimento.

Segundo o Educador Paulista, o pensamento não é um dom que nasce com o homem, nem uma dádiva que as gerações novas recebem feita de precedente, é uma conquista, é uma auto-criação, é uma reconstrução. (Trecho de uma entrevista sua na época: *Jornal do Comércio*, 1928, p.2).

Ele tentava de demonstrar que a Psicologia dava ao pensamento uma origem e um valor "essencialmente sociais", que estavam presentes na Reforma Fernando de Azevedo.

As regras de um bom regulamento da Instrução Pública em nosso Estado *se estenderão à inspeção dos alunos, por meio do cargo de inspeção dos alunos,* inaugurado pela Escola Normal Pedro II, pela Lei nº. 2.700, de 09 de setembro de 1929.

Lourenço Filho, após sua passagem pelo Ceará, relata em carta ao Dr. João Hipólito, datada de 1930, a dificuldade de implantação do "ensino ativo" na escola pública.

É uma crítica que faz sobre a melhoria do ensino que deveria partir da própria consciência do professor, abrindo sua mente para uma "nova psicologia do comportamento", não ocorrendo uma consciência e somente a substituição de "uma rotina para outra", prejudicando o rendimento do ensino. Assim, a melhoria deveria partir da práxis do educador, acima de tudo, dando início a uma verdadeira "reforma" da instrução pública.

> [...] é uma escola avançada, uma escola laboratório (a escola experimental anexa ao Liceu Rio Branco de São Paulo) e – fique desde já bem claro – impraticável no ensino público. Cada classe, nessa escola, tem de 20 a 25 alunos, tão somente. É freqüentada por filhos de pais abonados, a quem se pode pedir material em abundancia. Dispõe de recursos de uma grande empresa, a do Liceu, mantendo laboratórios, bibliotecas, etc. Os professores são escolhidos por mim, e talvez sejam os professores que mais ganham no ensino primário em São Paulo [...] Não se iluda. Ter programas de centro de interesse, fazer excursões e outras práticas mais ou menos activas (sic), sem mudança, porém,

> da mentalidade do professor e sem compreensão da nova psicologia do comportamento (o behaviorismo dos americanos) pode degenerar em anarquia e diminuição do rendimento do ensino. Será substituir uma rotina por outra, com esta desvantagem: da rotina velha sabe-se o que é e o que dá. Da nova, ninguém o pode afirmar. (OLINDA, 2005, p.119-120).

Na obra *O Ceará* (MARTINS FILHO & GIRÃO,1966), Djacir Menezes (1939), fala sobre os reflexos da reforma empreendida pelo educador Lourenço Filho e as condições do ensino, ainda sob a influência da Reforma da Instrução Pública.

> Em 1922 o pedagogo paulista Lourenço Filho, comissionado pelo Presidente Justiniano de Serpa, inicia o grande movimento reformador do Estado do Ceará. Cabe-lhe, sem favor, o mérito de rasgar, no Nordeste, o horizonte mais amplo de renovação pedagógica. Não seria exagero dizer que, atualmente, o aparelhamento educacional ainda marcha daí por diante como impulso que lhe imprimiu a inteligência lúcida do grande professor, hoje nome autorizado nas letras brasileiras. (p. 360).

Isto nos reforça a tese de que a Reforma, como política pública do Governo de Justiniano de Serpa, marcou definitivamente a realidade do ensino cearense, dando novas diretrizes para a educação básica no Estado, saindo, assim, somente do discurso que foi uma ação de apenas um indivíduo desprendido de qualquer atitude política. Ao contrário, no entanto, é parte inerente de um novo direcionamento para um Estado que queria sair de uma realidade de miséria e se enquadrar numa óptica de modernidade, que deveria partir primeiramente pela Instrução Pública.

Bibliografia

Fontes Primárias

A Tribuna, Fortaleza, 1922 -1924.

Correio da Manhã, Fortaleza, 1923.

Diário do Ceará, Fortaleza, 1920-1923.

Diário do Estado, Fortaleza, 1920.

Gazeta de Notícias, Fortaleza, 1929.

Jornal do Comércio, Fortaleza, 1928-1929.

O Nordeste, Fortaleza, 1922-1924.

O Povo, Fortaleza, 1934.

Revistas

Antologia do Ceará. Fortaleza (Setor de Obras Raras – Privativa da Biblioteca Pública Menezes Pimentel).

Revista do Instituto do Ceará, Fortaleza. (1900-1950), Tomo LXVIII, 1958.

BARREIRA, Américo. *A Escola Primária no Ceará: ensaio sócio-pedagógico.* Fortaleza: Edições Clã, 1949.

CAMPOS, Eduardo. *Capítulos da história da Fortaleza do século XIX (o social e o urbano).* Fortaleza: Edições UFC (PROED), 1985.

CASTELO, Plácido Aderaldo. *História do Ensino no Ceará*. Fortaleza: Departamento de Imprensa Oficial, 1970. (Coleção Instituto do Ceará).

CAVALCANTE, Juraci Maia. *João Hippolyto de Azevedo e Sá: o espírito da reforma educacional de 1922*. Fortaleza: Edições UFC, 2000.

_____.(Org.) *História e memória da educação no Ceará.* Fortaleza: Imprensa Universitária, 2002.

_____. *Biografias, instituições, idéias, experiências e políticas educacionais*. Fortaleza: Edições UFC, 2003.

CORDEIRO, Celeste. *Brinquedos da Memória: a infância em Fortaleza no início do século XX*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 1996.

CURY, Carlos Roberto Jamil. *Ideologia e Educação Brasileira: católicos e liberais*. São Paulo: Cortez & Moraes, 1978. (Coleção Educação Universitária)

_____. *Ideologia e educação brasileira: católicos e liberais.* São Paulo: Cortez & Moraes, 1978. (Coleção educação universitária).

_____. *Cidadania republicana e educação: governo provisório do Marechal Deodoro e Congresso Constituinte de 1890-1891.* Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

FARIAS, Aírton de. *História do Ceará: dos índios à geração cambeba*. Fortaleza: Tropical, 1997.

GIRÃO, Raimundo. *Pequena História do Ceará.* 4ª Edição. Fortaleza: Ed. UFC, 1984.

_____. *Fortaleza e a crônica histórica.* Imprensa Universitária da UFC, 1984.

_____. *Geografia Estética de Fortaleza.* Fortaleza: BNB, 1985.

_____. *Evolução Histórica Cearense.* Editora Banco do Nordeste, 1996.

HORTA, José Silvério Baía. *O sermão e a ordem do dia: regime autoritário e a educação no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994.

MARTINS FILHO, Antônio. *O outro lado da história.* Fortaleza: Ed. UFC, 1983.

_____. *UFC & BNB: educação para o desenvolvimento.* Fortaleza: Ed. UFC/Casa José de Alencar, 1990.

MARTINS FILHO & GIRÃO, Raimundo. *O Ceará.* Fortaleza: Editora Instituto do Ceará, 1966.

NOGUEIRA, Raimundo Frota. *A prática pedagógica de Lourenço Filho no Estado do Ceará*. Fortaleza: Edições UFC, 2001.

OLINDA, Maria Ercília Braga de. *Formação Integral do Educando no Tempo da Escola Normal.* Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora Ltda., 2005.

PONTE, Sebastião Rogério. *Fortaleza Belle Époque: reformas urbanas e controle social (1860-1930).* 2ª. Edição. Fortaleza: Demócrito Rocha, 1999.

SOUSA, Moreira de. *Estudo sobre o Ceará.* MEC – Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. Fortaleza: CILEME, 1955. Publicação Nº. 08.

SOUZA, Simone de. *Uma Nova História do Ceará*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000.